

O Jornalismo Mestiço de Gabriel García Márquez¹

Matheus TORREÃO²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Resumo

Embora García Márquez tenha sido consagrado como ficcionista por seu “realismo mágico”, a realidade que inspirou os romances e contos do autor não é tão fantasiosa quanto julga com frequência o olhar estrangeiro. Seus esforços para reconstruir literariamente o cotidiano “extraordinário” da América Latina também como jornalista evidenciam a insuficiência de uma epistemologia exclusivamente ocidental para compreensão de sua obra. Desafiando as fronteiras do real e do mágico, do fato e da ficção, do jornalismo e da literatura, a escrita de García Márquez reflete o lugar de tensão que ocupa a natureza “mestiça” da cultura latino-americana.

Palavras-chave: García Márquez; América Latina; jornalismo; literatura.

A ideia de América Latina

O conceito de uma “América Latina”, embora ubíquo em nossos tempos, é mais recente e arbitrário do que nosso contato anestesiado pela usualidade do termo poderia denunciar. A primeira vez que se tem registro do uso da expressão data do século XIX, mais precisamente em 1856, no poema *Las dos Américas*, do jornalista, poeta e escritor José Maria Torres de Caicedo, colombiano radicado em Paris. Se em meados do mesmo século a América Latina passa a ser assim denominada nos países de língua espanhola, bem como em sua variante francesa (*Amérique Latine*), sua tradução inglesa (*Latin America*) só viria a aparecer nos dicionários na última década do século XIX (FERES JÚNIOR, 2004).

Até então, *Spanish America* era o termo mais frequente utilizado pelos falantes de língua inglesa para designar o continente colonizado pelos ibéricos. Em um estudo sobre a evolução do olhar anglo-saxão acerca da Spanish America, João Feres Júnior (2004) analisa como a perspectiva negativa que os britânicos tinham dos espanhóis – agravada, especialmente, por disputas religiosas e militares entre as duas nações durante

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do curso de Comunicação do PPGCOM-UFF. E-mail: matheustorreao@gmail.com

o século XVI – desdobrou-se no olhar etnocêntrico lançado por ingleses e norte-americanos para os povos que habitavam as colônias latinas.

Para tal, se vale da noção de contraconceito assimétricos elaborada por Reinhart Koselleck em sua obra *Geschichtliche Grundbegriffe* (1972-1997), que categoriza diferentes tipos de “oposições assimétricas no campo semântico do conceito” (p. 1). Ao longo da história, foram tais que contraconceitos puseram em patamares distintos helenos e bárbaros; cristãos e pagãos; arianos e não arianos; a partir da perspectiva de um determinado grupo social. Respectivamente, Koselleck classificaria estas oposições como culturais (para os gregos, bárbaros não possuíam costumes, instituições políticas, moral à altura dos “civilizados”), raciais (para os nazistas, não-arianos eram uma “raça inferior” cuja miscigenação denegria a “pureza” dos arianos) e temporais – ao contrário das precedentes, que ofereciam como única saída a escravidão, controle reprodutivo ou eliminação física, pagãos poderiam “salvar-se” convertendo-se em cristãos no futuro. Em suma, tratam-se contraconceitos que caracterizam a negação total ou parcial de um Eu coletivo.

Analisando discursos de intelectuais, representantes e líderes políticos norte-americanos registrados ao longo do século XIX sobre a Espanha e os povos que habitavam suas colônias no Novo Mundo, o autor evidencia a presença dos três gêneros de oposição que punham espanhóis e hispano-americanos em uma posição de inferioridade e desvio diante da ótica anglo-saxã.

Através [da oposição assimétrica cultural] a America se imagina protestante, universalista e democrática, enquanto que imagina a Latin America como um Outro católico, particularista e autoritário. A oposição assimétrica temporal (...) ocorre (...) enquanto a auto-imagem Americana se propõe moderna, progressista e desenvolvida, (...) agente de sua própria história, [e] a Latin America é definida como primitiva, tradicional, atrasada ou subdesenvolvida. Por fim, temos a oposição assimétrica racial que ocorre quando o Outro é definido pela falta ou incompletude das características físicas e/ou psicológicas (...). No caso em questão, a América se define como branca e anglo-saxã, enquanto que a Latin America é representada pelo não-branco e mestiço. (*ibidem*)

Os contraconceitos assimétricos fundaram as bases para as políticas imperialistas estadunidenses daquele século, especialmente durante a guerra na qual se apropriaram de aproximadamente metade do território mexicano e nas discussões posteriores do papel político que caberia aos hispano-americanos sob a tutela da nova jurisdição americana. A noção do “mestiço” como inferior, neste contexto, foi fundamental para ancorar a ideologia nacionalista que impulsionou o expansionismo americano, uma vez

que este fora posto como incapaz de se autogovernar, justificando a autoridade do colonizador.

Não faltam exemplos em que representantes do governo americano como Alexander Scott, na viagem à Venezuela que realizou em 1812, relata ao então presidente James Monroe que deparou-se com um povo “tímido, indolente, supersticioso, incapaz e se esforçar e desprovido de iniciativa” (p. 05). Outro, ainda mais contundente, vem de um pronunciamento do então deputado Washington Hunt em 1847, no qual expressa sua contrariedade em relação à anexação dos territórios que seriam conquistados na guerra Mexicana-Americana (1846-1848):

Devemos nos preparar para receber uma massa incôgrua de espanhóis, índios e mexicanos mestiços (*mongrel*) --- uma mescla de raças misturadas que não podem administrar ou sequer gozar de nossas instituições livres: homens de sangue e língua diferentes, que não podem se misturar ao nosso povo em pé de igualdade social e política. [...] eles devem ser governados como uma dependência colonial, sob leis especiais, caso contrário, se incorporados ao nosso sistema federal, tornar-se-ão uma fonte eterna de baderna, anarquia e comoção social (p. 06).

Se Feres Júnior, em sua pesquisa, põe em dúvida se os estigmas do conceito anglo-saxão de Spanish America foram ou não herdados pela conceito de Latin America, Walter Mignolo (2005, p. xiii, trad. livre) amplia a discussão ao atestar que a ideia de América Latina, sendo uma construção na qual a perspectiva do colonizador se disfarça de universal, não pode ser discutida isoladamente sem que se produza um “turbilhão no sistema-mundo”. Para ele, é impossível separá-la da ideia de Ocidente que domina até hoje como modelo e paradigma de universalidade, uma vez que a noção de que existem “Américas” é decorrente do expansionismo europeu. Conforme Mignolo:

A “descoberta” da América e o genocídio de índios e escravos africanos são a própria fundação da “modernidade”, mais que a Revolução Industrial ou Francesa. Melhor ainda, constituem a face mais sombria e escondida da modernidade, a “colonialidade”. Portanto, escavar a “ideia de América Latina” é, na verdade, entender como o Ocidente nasceu e como a ordem mundial moderna foi fundada. (*ibidem*).

Sendo assim, “não há modernidade sem colonialidade”, uma vez que a última é parte fundamental e constitutiva da primeira, e a ideia de América Latina deriva deste mesmo processo histórico no qual a Europa inicia sua caminhada rumo à supremacia global. Se nas narrativas dos colonizadores europeus do século XVI as “duas Américas” apareciam em um papel de subordinação, esta ideia será remodelada pelos estadunidenses após a guerra Hispano-Americana (1898), quando resta à América

Latina a carapuça da inferioridade. A divisão continental entre a América dos norte-americanos e a América dos “latinos” coloca, de acordo com o autor, a segunda “como parte do Ocidente e ainda assim periférica a ele” (p. xv).

O próprio conceito de “Latinidade” fora concebido pelos franceses e então absorvido pelas elites crioulas (descendentes de europeus nascidos na América Espanhola), servindo para categorizá-los abaixo dos anglo-americanos e, simultaneamente, negar a identidade do negro e do indígena. Segundo Mignolo, durante o século XIX, intelectuais como o argentino Domingo Faustino Sarmiento e o brasileiro Euclides da Cunha “se utilizaram do paradigma “natureza” versus “civilização” para definir a elite crioula em oposição aos “bárbaros” habitantes indígenas da América do Sul” (*ibidem*). A noção de “cultura” seria a escolhida mais adiante pelos europeus para designar aquilo que possuíam os povos de suas colônias, e que continuaria a privá-los, ainda, do status de “civilizados”.

Se Mignolo nos diz que a ideia de civilização serve para definir uma auto-imagem coletiva europeia que reserva aos latino-americanos um lugar na segunda-classe, Dipesh Chakrabarty (2000) apontará para a epistemologia historicista que abriu os caminhos para que a Europa se tornasse dominante no mundo do século XIX. À tal dependência epistêmica, os não-europeus se viram acorrentados:

A história europeia já não é mais pensada qual encarnasse tal coisa como uma “história humana universal”. (...) [No entanto] o fenômeno da “modernidade política” – isto é, o governo por instituições modernas do estado, da burocracia e dos empreendimentos capitalistas – é impossível de ser pensado em qualquer lugar do mundo sem que sejam evocados certas categorias e conceitos, dos quais a genealogia vai a fundo nas tradições intelectuais e até teológicas da Europa (p. 03, trad. livre).

Em outras palavras, tornou-se impossível pensar os fundamentos da modernidade sem evocar determinadas categorias, tais como: estado, sociedade civil, esfera pública, indivíduo, sujeito, razão, dentre outras; que nasceram com o pensamento Iluminista europeu no século XVIII. Os próprios estudos pós-coloniais seriam forjados a partir delas, uma vez que acabaram por se tornar pilares essenciais das ciências sociais. Indo ainda mais longe, Chakrabarty afirma que sem tais categorias seria impossível a existência de qualquer “ciência social que discuta questões de justiça social na modernidade” (p. 05).

Paradoxalmente, entretanto, estes conceitos, indispensáveis para que se engendrasses uma teoria humanista, no plano terreno foram negados aos colonizados. Isto graças a um pensamento historicista que os colocaria “na sala de espera” de uma

progressão linear da história, onde no futuro os aguardaria a imagem desenvolvida de seu colonizador (p. 08). As concepções seculares e universais que fundariam as instituições políticas da modernidade serviriam também para categorizar os latino-americanos um povo “prépolítico” – tomando emprestado o termo de Hobsbawm –, carente da racionalidade necessária para se autogovernar (p. 11).

O historicismo será o responsável pelos contraconceitos assimétricos temporais de que falava Koselleck, colocando “o tempo histórico como medida da distância cultural (ao menos em desenvolvimento institucional) que se assumia existir entre o Ocidente e o não-Ocidente” (p. 07). Através de tal oposição, grupos sociais latino-americanos e suas respectivas manifestações organizadas em torno de deuses, espíritos e superstições, em grande parte herdeiras da crença dos indígenas e africanos no sobrenatural, só poderiam ser vistas como “anacrônicas”.

Chakrabarty, falando mais especificamente da realidade do Sul da Ásia, mas de maneira que entendemos igualmente aplicável à América Latina, contestará essa visão:

O tempo histórico não é integral, (...) está fora de conjuntura consigo mesmo. [O pensamento político europeu diz] que o ser humano é ontologicamente singular, que deuses e espíritos são afinal “fatos sociais”, que o social existe de alguma forma que os precede. Eu tento, por outro lado, pensar sem sequer a suposição de uma prioridade lógica do social. Empiricamente não se sabe de nenhuma sociedade em que humanos tenham existido sem deuses e espíritos que os acompanhassem (p. 16)

A oposição ocidental que se faz entre “razão” e “mito”, portanto, deslegitima e enxerga como anacronia o imaginário e as práticas sociais latino-americanas que não cabem dentro de sua epistemologia. Aí se encontra a raiz da tensão que põe em fronteiras turbulentas a escrita de Gabriel García Márquez, tal como são as que dividem “real” e “mágico”; “ficção” e “fato”; e, como mais adiante veremos, “jornalismo” e “literatura”. Compreender esta zona fronteira como lugar de encontro e miscigenação ao invés de linha divisória que separa opostos assimétricos e excludentes é o primeiro passo para compreender a literatura “mestiça” que este autor consagrou.

A solidão latino-americana

Seguindo seu raciocínio, Chakrabarty enxergará o problema trazido pela modernização capitalista menos como uma questão de mera transição e mais como uma questão paralela de “tradução”. A forma desproblematizada com que o pensamento europeu se contentou em analisar linguagens representantes de diferentes formas de vida, realizando esta tradução de forma “bruta” e imprecisa através de um escopo

teórico universalista reminescente da colonialidade, fora assumida como suficiente pelas ciências sociais até que os estudos destas se tornassem globalizados (p. 17).

O historiador norte-americano Richard Morse (1964), em seu ensaio *The Strange Career of Latin-American Studies* (“A Estranha Carreira dos Estudos Latino-Americanos”), apontará para a escassez de fomento por parte das instituições acadêmicas dos Estados Unidos quanto a estudos nas áreas de história da literatura e crítica literária da América Latina já na segunda metade do século XX. Para Morse, “a quantidade de atenção dada à arte e à música latino-americana [era] minúscula”, sendo a racionalidade científica dos norte-americanos mais competente para perscrutar aspectos quantitativos como a arqueologia, a etnografia de tribos isoladas e a agricultura do continente, produzindo um conhecimento majoritariamente catalogal e utilitário (p. 109, trad. livre).

A insistência dos estudiosos estadunidenses em olhar para a outra América através das lentes clínicas do racionalismo seria, pela perspectiva do autor, um reflexo sintomático da “falta de preocupação e, presumivelmente, de respeito por tendências culturais e intelectuais da América Latina” (*ibidem*). Morse também atenta para a dependência epistêmica denunciada por Chakrabarty ao analisar a fundamentação teórica dos estudos latino-americanos:

Assumimos que Calvin e Locke são um ponto de partida para “estudos americanos”, enquanto orientistas, eu presumo, devem suar sobre Buda, Confúcio e Lao-Tsé. No entanto quão seriamente algum de nós ousou mergulhar em São Tomás, Dante, e Suárez para compreender a América Latina? (p. 111)

Maria Mercedes Andrade (2000) torna clara a inadequação epistêmica do racionalismo anglo-saxão para assimilar de forma plena a cultura, a história e a literatura latino-americanas no ensaio *Latin America's Solitude: García Márquez Reviewed in English* (“A Solidão da América Latina: García Márquez Revisado em Inglês”), onde analisa 25 resenhas literárias de *Cem Anos de Solidão* (1967) publicadas na Inglaterra e nos Estados Unidos entre 1967 e 1979. Enquanto, para Andrade, nenhum crítico latino-americano deixou de perceber as especificidades culturais e geográficas do Caribe colombiano às quais o romance se vincula (tais como o pirata Francis Drake, os índios Guajira e as plantações de banana), os críticos de língua inglesa enquadrariam precipitadamente a vila de Macondo em um lugar qualquer na “vaga e misteriosa” América Latina (p. 33, trad. livre).

“Um romance mitifica um continente inteiro” e “O mito está vivo na América Latina” são alguns dos exemplos dos títulos que falham em perceber as raízes históricas que ligam Cem Anos de Solidão à realidade, ao mesmo tempo em que denotam uma percepção genérica da identidade latino-americana³. Sete das resenhas, inclusive, sequer mencionam a nacionalidade de García Márquez, enquanto duas delas chegam a escrever, equivocadamente, que o autor é “columbiano” (*ibidem*). Denotar o lugar de origem da narrativa, aparentemente, é tarefa desimportante.

A perspectiva historicista se faz evidente na crítica de David Gallagher, quando este afirma, ao analisar a cronologia cíclica do romance, que “não se pode esperar que uma visão linear da história emane de um continente notório por sua inabilidade em alcançar desenvolvimento significativo”, enquadrando assim a literatura latino-americana na categoria “primitiva” e “pré-política” em oposição ao progresso civilizatório (p. 35). Deslocada de sua história, cultura e geografia, resta à narrativa de Cem Anos de Solidão vagar indefinidamente pelo universo mítico da fantasia, das alucinações, da irracionalidade e do escapismo.

John Leonard, do New York Times, chega a dizer com ironia que “gostaria de acreditar em tudo que aparece” no romance, e procede listando eventos da narrativa como a levitação aos céus de Remédios, a Bela⁴, e o assassinato dos três mil grevistas das plantações de banana pelas metralhadoras federais. Ignora, no entanto, o episódio real em que autoridades locais colombianas, a mando da multinacional norte-americana United Fruit Company, em 1928, reprimiu à tiros uma manifestação de trabalhadores agrícolas na cidade de Aracataca, deixando impunemente um número jamais definido de mortos (p. 34).

García Márquez viria a contestar, portanto, tal noção do “realismo mágico” que é consequência da obliteração de um contexto histórico e cultural, acabando assim por furtar da obra seu conteúdo político. Para o autor, seus leitores e críticos anglo-

³ O próprio Prêmio Nobel de Literatura, quando reservado a escritores da América Latina, incorre nesta percepção desparticularizada do continente quando justifica que Gabriela Mistral o recebeu “por sua poesia lírica (...) que fez de seu nome um símbolo das aspirações idealistas de todo o mundo latino-americano”; Miguel Asturias por “sua realização vívida literária, profundamente enraizada nos traços nacionais e tradições dos povos indígenas da América Latina”; Pablo Neruda “pela poesia que (...) reaviva o destino e os sonhos de um continente” e para García Márquez “pelos seus romances e contos, em que o fantástico e o real se combinam (...) refletindo a vida e os conflitos de um continente” (Prêmio Nobel, trad. livre). Disponível em:

<http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/>. Acesso em 18 de julho de 2014.

⁴ Sobre este caso, García Márquez diria que a inspiração real vira de “uma senhora cuja neta havia fugido de madrugada e para ocultar a fuga fez correr o boato de que sua neta havia subido aos céus” (García Márquez, 1993, p.49, trad. livre)

americanos que sucedem em achar a magia em suas obras e no entanto falham em enxergar a realidade que as inspira, o fazem

(...) seguramente porque seu racionalismo lhes impede de ver que a realidade não termina com o preço dos tomates e dos ovos. A vida cotidiana da América Latina nos demonstra que a realidade está cheia de coisas extraordinárias. (...) Conheço gente do populacho (*pueblo raso*) que leu Cem Anos de Solidão com muito gosto e com muito cuidado, mas sem surpresa alguma, pois que ao fim e ao cabo não lhes conto nada que não se pareça com a vida que eles vivem (...). Não há em meus romances uma linha que não esteja baseada na realidade. (GARCÍA MÁRQUEZ, 1993, p. 50, trad. livre)

No célebre discurso *La soledad de America Latina* (“A Solidão da América Latina”), que profere na cerimônia de aceite do Prêmio Nobel de Literatura, García Márquez (1982) ataca a falibilidade epistêmica do racionalismo enquanto método de interpretação válido para a realidade latino-americana, acusando os ocidentais de estarem tão “extasiados na contemplação de suas próprias culturas” que insistem em “medir-nos com a mesma vara com que medem a si mesmos”. A “solidão” da América Latina consiste então na dificuldade de se fazer crível, real e legítima como discurso ante uma norma racionalista que se faz passar por universal.

Por fim, García Márquez (1993, p. 97), que se considerava um “político de emergência”, graças à conjuntura violenta e instável da América Latina que conheceu, encerra seu pronunciamento questionando o lugar do continente na ordem mundial:

(...) os progressos da navegação que têm reduzido tantas distâncias entre nossas Américas e Europa, parecem haver aumentado em troca nossa distância cultural. Por que a originalidade que nos admite sem reservas na literatura nos é negada com toda classe de suspeitas em nossas tão difíceis tentativas de mudança social? Por que pensar que a justiça social que os europeus mais progressistas tratam de impor em seus países não pode ser também um objetivo latino-americano com métodos distintos em condições diferentes? (...) É como se não fosse possível outro destino que viver a mercê dos dois grandes donos do mundo. Este, amigos, é o tamanho da nossa solidão (GARCÍA MARQUEZ, 1982, trad. livre).

O clamor de García Márquez pela emancipação da América Latina, como vimos, evidencia não só uma resistência à subordinação política do continente aos “dois grandes donos do mundo” (ou europeus e norte-americanos), mas também à subordinação epistêmica dentro da qual a cultura latino-americana foi encarcerada, podendo ser dentro dela nada mais que desvio, distância e inaptidão em relação ao modelo ocidental. Esta luta dupla pela liberdade orientou não só o jornalismo de García Márquez, mas de outros escritores latino-americanos surgidos a partir da segunda metade do século XX.

Um jornalismo mestiço

A geração de escritores enquadrada no chamado *boom* latino-americano que chamou as atenções do mundo nos anos 60 dificilmente poderia ser categorizada como uma “escola literária”, embora similaridades importantes possam ser observadas entre seus protagonistas. Vários deles – Vargas Llosa, Carlos Fuentes, Alejo Carpentier, Julio Cortázar e José Donoso – a exemplo de García Márquez, iniciaram a carreira como jornalistas. De braços dados com a profissão, compartilhavam também orientação política marxista e a convicção de que a literatura deveria cumprir uma função social transformadora e progressista na América Latina (HERSCOVITZ, 2004, p. 176).

Se a prática jornalística moderna dos Estados Unidos teve forte influência dos racionalistas ingleses, a quem devem o pragmatismo e o empirismo, a América Latina herdaria dos ibéricos certos valores do pensamento grego e latino que enaltecem a retórica e o conhecimento abstrato. Na sequência histórica – talvez parcialmente graças ao monopólio da informação que a *Agence Havas* detinha no continente sul-americano no século XIX (RANTANEN, 1997, p. 616) –, absorvem do ideário francês a crença de que a imprensa deve exercer um papel fundamental de reforma sócio-política.

(...) O jornalista latino-americano usualmente rejeita o rigor do método científico, (...) pai filosófico do conceito de notícia. (...) O conceito de notícia na América Latina teria como pai filosófico as retóricas e as argumentações Grega e Latina. (...) Na maioria dos países latino-americanos, a imprensa seguiu um modelo de jornalismo francês, mesclando ativismo político e literatura. Não existia uma separação definida entre jornalismo e literatura. A profissão era descrita como uma arte e/ou missão (HERSCOVITZ, 2004, p. 179).

O desconforto de García Márquez (1999, p. 127, trad. livre) com o rigor formal do jornalismo norte-americano, que o teria transformado no “melhor do mundo” e, como efeito colateral, no “mais perigoso”, se evidencia nesta passagem de seu artigo *¿Quien Cree a Janet Cooke?* (“Quem Acredita em Janet Cooke?”), publicado no El País:

Eu tive uma prova pessoal desse rigor, há uns quatro anos, quando a revista Harper, de Nova York, me pediu um artigo exclusivo sobre o golpe militar no Chile e o assassinato de Salvador Allende. Um dos editores principais da revista me ligou por telefone de Nova York a Paris quando leu os originais, e me submeteu a um interrogatório quase policial de mais de uma hora sobre a origem dos meus dados. (...) Mais tarde vi personificada essa moral em meu amigo Elle Abel – o antigo diretor da escola de jornalismo da Universidade de Columbia -, com quem trabalhei na comissão especial da Unesco que fez um estudo sobre a comunicação e a informação no mundo atual (*ibidem*).

Se García Márquez considerava o puritanismo de Elle Abel a uma “distância política de séculos” de suas convicções acerca dos predicados que deveriam fundamentar uma tradição jornalística latino-americana, a citada comissão da Unesco em que trabalharam juntos – mais precisamente, a Comissão MacBride – apresenta em contrapartida semelhanças importantes entre o papel exercido pela imprensa nas duas Américas. Segundo o relatório publicado pela iniciativa, a função de porta-voz popular da imprensa foi igualmente essencial para que tanto norte quanto hispano-americanos se libertassem da dominação colonial britânica e espanhola, respectivamente (The MacBride Report, 1980).

É importante diferenciar, no entanto, como a noção de responsabilidade social da imprensa se desenvolveu de maneira distinta nos dois continentes. A teoria da responsabilidade social em sua concepção anglo-americana, institucionalizada pela estadunidense *Commission of Freedom of The Press* em 1947 e apoiada pela britânica *Royal Commission of The Press*, surgiria como empreitada regulatória em oposição à parcialidade da imprensa do século XIX, concebida então como *The Dark Age of Partisan Journalism* (“A Era Sombria do Jornalismo Partidário”). A teoria era entendida como fruto de um progresso civilizatório, surgida a partir do momento em que “homens de princípio e educação” desenvolveram um “espírito profissional” (PETERSON, 1956, p. 76, trad. livre).

Embora incorporasse certos princípios coletivistas, mantinha como pilares as concepções iluministas da razão e do individualismo: o interesse público seria garantido pela objetividade jornalística e a distinção entre fatos e opiniões que possibilitaria ao indivíduo racional encontrar a verdade. Teve, especialmente, razões econômicas: atenuava a possibilidade dos veículos privilegiarem politicamente seus financiadores e anunciantes, bem como facilitava a comercialização da notícia em larga escala. Segundo Theodore Peterson (p. 88), para os jornalistas anglo-americanos de meados do século XX a “objetividade já não era mais um objetivo da imprensa, era um fetiche”.

A América Latina, por sua vez, na mesma época passava por um momento de grande instabilidade e turbulência política. Entre 1930 e 1980, seus trinta e sete países passaram por nada menos que 277 mudanças de governo, dentre estas 104 através de golpes militares (CALVI, 2010). A Colômbia, que teve uma das transições para a modernidade mais violentas do continente – passando pela guerra entre liberais e conservadores (1899-1902) e o *Bogotazo* inflamado pelo assassinato de Jorge Gaitán em 1948 –, viveu entre 1953 e 1957 a folclórica ditadura do general Rojas Pinilla, período

em que García Márquez trabalhava como jornalista no diário *El Espectador* (HERSCOVITZ, 2004).

Para Pablo Calvi (2010, p. 77, trad. livre), o viés político e socialista da narrativa jornalística hispano-americana, neste contexto, teve boa parte de sua institucionalização devida ao prêmio de não-ficção inaugurado nos anos 60 pela organização cubana *Casa de las Américas*, que ao lado do *Instituto Cubano de Literatura y Lingüística* passou a estimular e legitimar a literatura de *testimonio* produzida na América Latina. Engajamento, ativismo e denúncia tornam-se então os principais guiões da não-ficção escrita no continente:

Graças ao fórum firmemente estabelecido na Casa de las Américas, e porque na América Latina a esfera da cultura e a esfera da política não são tão claramente separadas, a narrativa de não-ficção da região possuiu uma qualidade político-programática que faltou à não-ficção americana. Institucionalizada e legitimada por governos progressistas e socialistas, e especialmente pela Revolução Cubana, a literatura testimonial latino-americana consolidou, especialmente no final dos anos 1950 e no início dos anos 1980, sua finalidade política, e não pode ser analisada em termos exclusivamente artísticos (*ibidem*).

Por tais razões, mesmo se comparada ao jornalismo literário norte-americano da mesma época – ou o *New Journalism*, com quem compartilhava a fuga a certos parâmetros clássicos da objetividade e recursos narrativos como a reconstrução cena-a-cena, a reprodução de diálogos e a descrição detalhada de ambientes e comportamentos prescritos por Tom Wolfe (SIMS, 1992, p. 15) –, a literatura jornalística da América Latina apresenta diferenças cabais. Sua teleologia política buscava representar personagens que remetessem a uma “memória coletiva” nacional – a exemplo do escravo cubano de 104 anos Esteban Montejo, que foge de seu senhorio para décadas depois juntar-se à revolução cubana e ser biografado por Miguel Barnet em *Cimarrón* (1966) –, diferindo da “atipicidade ou individualidade dos personagens retratados pela narrativa americana” (CALVI, 2010, p. 75).

Na ausência de definições programáticas legitimadoras tais quais aquela conferida aos latinos pela Casa de Las Américas, a não-ficção dos Estados Unidos também sofria com a falta de um “consenso cultural” acerca de sua natureza, vendo questionado tanto seu caráter jornalístico quanto literário. Por fim, se o *New Journalism* tinha de se adaptar às pressões e demandas do mercado, o jornalismo literário da América Latina estava sujeito às censuras e perseguições dos regimes autoritários, o que trouxe diferenças primordiais no que diz respeito à focalização das narrativas. Enquanto a prática de assumir o papel do narrador-personagem transformou os principais nomes

do movimento norte-americano em “estrelas da mídia” (p. 70), a perseguição política das ditaduras latino-americanas acabou por resultar em uma tendência contrária: a do encobrimento do autor.

Valendo-se da mesma técnica utilizada por Barnet em Cimarrón – em que o jornalista funciona como um escriba de Montejo, narrando o episódio em primeira pessoa, do ponto de vista do escravo – García Márquez não assinou a primeira grande reportagem que escreveu, *Relato de um Náufrago* (1955). O texto foi dividido em catorze entregas publicadas diariamente no jornal *El Espectador*, no qual trabalhava como repórter, para depois ser compilado em um fascículo único sob o título *La verdad sobre mi aventura* (“A Verdade Sobre Minha Aventura”) e assinado pelo marinheiro Luis Alejandro Velasco. No prefácio da edição de 1970, quando a reportagem é relançada em livro e associada pela primeira vez à firma de García Márquez (devido, principalmente, ao sucesso que o havia consagrado como literato após *Cem Anos de Solidão*), o escritor justifica a opção pela assinatura do náufrago:

Em 20 sessões de seis horas diárias, durante as quais eu tomava notas e soltava perguntas capciosas para detectar suas contradições, sucedemos em reconstruir o relato compacto e verídico de seus dez dias no mar. Era tão minucioso e apaixonante, que meu único problema literário seria conseguir que o leitor acreditasse. Não só por isso, mas também porque nos pareceu justo, que concordamos que fosse escrito na primeira pessoa e firmado por ele (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 10, trad. livre).

Dentre os principais motivos para a escolha, portanto, destaca-se a preocupação com a credibilidade do texto perante o público. Não só por tratar-se de uma história “extraordinária”, mas por outra questão ainda mais importante: tratava-se de um enfrentamento com a versão oficial da marinha, em pleno regime militar. Quando oito marinheiros caíram do navio Caldas no mar do Caribe ao retornarem dos Estados Unidos para a Colômbia – tendo sido Alejandro Velasco o único a sobreviver – o governo atribuiu o acidente a uma tormenta. A versão do náufrago, todavia, desmentia as autoridades: o excesso de peso acarretado pela carga de contrabando que o navio levava – geladeiras, máquinas de lavar, televisores – fora o verdadeiro causador da fatalidade. Perseguições futuras da ditadura de Rojas Pinilla culminariam na clausura do periódico e no exílio de García Márquez.

A estratégia narrativa de relatar o depoimento da fonte em primeira pessoa – criando uma “interposição sem emendas entre o documentário autobiográfico e a narrativa social” – é particular à não-ficção da América Latina, não tendo se manifestado, ao menos com relevância, no jornalismo anglo-americano (CALVI, 2010,

p. 75). A preocupação com a memória coletiva e a experiência comunal, portanto, permitiu à tradição do *testimonio* latino-americano a transcendência de mais uma fronteira: a que separa o eu e o outro. Isto não seria possível, entretanto, se aquelas que dividem jornalismo e literatura, ficção e não-ficção, já não tivessem sido necessariamente transcendidas. García Márquez esclarece:

Acredito sinceramente que entrevistar é uma espécie de gênero ficcional e deve ser encarado como tal. A maioria dos jornalistas deixa o gravador fazer o trabalho e pensa que está respeitando o desejo do entrevistado ao transcrever palavra por palavra do que ele diz. Não se dão conta de que seu método de trabalho é na verdade bastante desrespeitoso: quando alguém fala, hesita, sai pela tangente, não termina a frase e faz comentários tolos. Para mim, o gravador deve ser usado apenas para gravar o que o jornalista poderá utilizar mais tarde, material que ele interpretará e escolherá para apresentar ao seu próprio modo. Nesse sentido é possível entrevistar alguém da mesma maneira como se escreve uma novela ou poema (SIMS, 1992, p. 163, trad. livre).

Sendo assim, García Márquez (*ibidem*) arquiteta a reconstrução literária de um acontecimento verídico, narrando a aventura como se acessássemos o monólogo interno de seu protagonista, sem que “uma só sentença” do entrevistado tenha sido transcrita literalmente. O mesmo recurso seria acionado anos depois em *A Aventura de Miguel Littin Clandestino no Chile* (1986), livro-reportagem que também desafia um regime autoritário ao relatar como o cineasta Miguel Littin, figurando entre os quinhentos exilados banidos perpetuamente do Chile, retorna clandestinamente à terra natal para filmar um documentário sobre a ditadura de Pinochet. Assim como em *Relato de um Náufrago*, García Márquez (2008, p. 08, trad. livre) assume a engenhosa tarefa de emular a maneira de falar e os modismos linguísticos do entrevistado, sem todavia abrir mão de seu estilo literário, defendendo que “a voz de um escritor não é intercambiável”.

Em ambos os cenários, narrador-enunciador e narrador do enunciado se mesclam – e, junto com eles, fato e opinião, narrativa e discurso – sem que se saiba onde termina um e começa o outro, demolindo mais uma linha divisória. Por fim, García Márquez (p. 08-09) confronta novamente o paradigma anglo-americano de objetividade jornalística ao alertar que “alguns nomes foram trocados e muitas circunstâncias alteradas” para a proteção dos envolvidos que seguiam a morar no Chile. E se não deixa claro que circunstâncias seriam estas nem em que sentido foram alteradas, é taxativo ao conceituar o texto como jornalístico, embora defenda ainda que seja, mais que isso, “a reconstituição emocional de uma aventura”. Mais tarde, o autor diria:

(...) minha vocação e minha aptidão são de narrador nato. Como os contadores dos povoados, que não podem viver sem contar algo. Real ou

inventado, isso não importa. A realidade para nós não é só a que aconteceu, mas também e sobretudo, essa outra realidade que existe pelo simples fato de contá-la. (...) O problema essencial dos comunicadores não é sequer que nossa mensagem seja verdade, mas que acreditem em nós (GARCÍA MÁRQUEZ, 2001, trad. livre).

Discutir o quão questionável tal premissa pode se mostrar para o âmbito da comunicação não é o propósito deste artigo, e inclusive seria impossível precisar os graus de ficcionalização presentes em uma reportagem como *A Aventura de Miguel Littin Clandestino no Chile* sem consultar fontes primárias como as 18 horas gravadas em fita da entrevista original. O ponto é que a literatura de García Márquez, à medida em que põe a crença acima da exatidão, acaba por expor ironicamente as contradições e limitações da última: um crítico estrangeiro desavisado pode não acreditar em um massacre de agricultores grevistas que de fato aconteceu pelo simples motivo deste aparecer em uma obra ficcional, obliterando todo o conteúdo social e histórico de um romance; enquanto um leitor ordinário pode acreditar em descrições físicas falsas, fosse este o caso, dos clandestinos de Miguel Littin, sem que isto seja de modo algum relevante para a integridade narrativa ou a teleologia política da reportagem.

Ao desafiar os predicados racionalistas do empirismo e da objetividade, a escrita de García Márquez revela a inadequação de uma epistemologia exclusivamente ocidental para uma apreensão plena da literatura produzida na América Latina, seja ela ficcional ou não. Mais que isso, é só através da desobediência epistêmica que lhe será possível “entrevistar alguém como se escreve um poema”, entremear em uma só fala o linguajar alheio e seu próprio estilo literário, engendrar um gênero único de reportagem que nega a “pureza”. Transcendendo as linhas de demarcação invisíveis das oposições que se excluem e ocupando o lugar fronteiro onde tantas categorias conflitantes se miscigenam, o jornalismo de García Márquez reivindica a emancipação de sua condição de “mestiço”.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Maria Mercedes. **Latin America's Solitude:** Garcia Marquez Reviewed in English. Translation Review. Dallas: no. 60, p. 32- 36, 2000. Disponível em: < https://www.academia.edu/7242286/_Latin_Americas_Solitude_Garcia_Marquez_Reviewed_in_English_>. Acesso em 18 de julho de 2014.

CALVIN, Pablo. **Latin America's Own Literary Journalism.** Literary Journalism Studies. Londres, v. 2, n. 2, p. 63-78, mai. 2010. Disponível em: < http://www.ialjs.org/wp-content/uploads/2011/01/063-084_LatinAmericasOwnLiteraryJournalism.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2014.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

FERES JUNIOR, João. **Spanish America as the other of America**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo, no.62, p.69-91, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000200005>. Acesso em 18 de julho de 2014.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **El olor de la guayaba**: conversaciones con Plinio Apuleyo Mendoza. Barcelona: Editorial Bruguera, 1982.

_____. **La Aventura de Miguel Littin Clandestino en Chile**. Buenos Aires: Debolsillo, 2012.

_____. **La soledad de America latina**. Discurso de aceitação do Prêmio Nobel de Literatura de 1982. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/1982/marquez-lecture-sp.html>. Acesso em 18 de julho de 2014.

_____. **¿Quién Cree a Janet Cooke?** In: Obra periodística 5, 1961-1984. Barcelona: Mandadori, 1999. p. 127-128

_____. **Relato de un naufrago**. Buenos Aires: Debolsillo, 2008.

_____. **Sofismas de distracción**. Sala de Prensa. v. 2, n. 29, mar. 2001. Disponível em: <<http://saladeprensa.org/art201.htm>>. Acesso em 18 de julho de 2014.

HERSCOVITZ, Heloiza. **O jornalismo mágico de Gabriel García Márquez**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis, v. 1, n. 02, p. 175-194, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/2080/1823>>. Acesso em 18 de julho de 2014.

MIGNOLO, Walter D. **The Idea of Latin America**. Malden-Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

MORSE, Richard M. **The Strange Career of "Latin-American Studies"**. Annals of the American Academy of Political and Social Science. v. 356, p. 106-112, nov. 1964. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1035606>>. Acesso em 18 de julho de 2014.

RANTANEN, Terhi. **The globalization of electronic news in the 19th century**. Media Culture Society. v. 19 n. 4, p. 605-620, out. 1997. Disponível em: <<http://mcs.sagepub.com/content/19/4/605>>. Acesso em 18 de julho de 2014.

SIEBERT, Fred S.; PETERSON, Theodore; SCHRAMM, Wilbur. **Four Theories of The Press**: The Authoritarian, Libertarian, Social Responsibility, and Soviet Communist Concepts of what the Press Should be and Do. Urbana-Chicago: University of Illinois Press, 1956.

SIMS, Robert L. **The First Garcia Marquez**: a Study of His Journalistic Writing from 1948 to 1955. New York: University Press of America, 1992.

The Macbride Report. **Many Voices, One World**: Towards a new, more just and more efficient world information and communication order. Kogan Page, London/Uniput, New York/Unesco, Paris. Unesco, 1980.